

POLISSEMIA ESPACIAL: ANTIGAS, NOVAS E ATUAIS ACEPÇÕES GEOGRAFICAS

Orgival Bezerra da Nóbrega Júnior¹

RESUMO

Resgatar as antigas, novas e atuais concepções espaciais com o objetivo de construir uma métrica e olhar para contextos históricos distintos possibilita a projeção de realidades. A noção de espaço geográfico pode ser observada sob tal ótica no sentido da busca de significações atribuídas pelo homem à espacialidade, advinda de suas interações com o meio natural e o antrópico.

Palavras-chave: Concepção Espacial; Contexto Espacial; Realidade Espacial.

Polisemia espacial: percepciones geográficas antiguas, nuevas y actuales

RESUMEN

Rescatar las concepciones espaciales antiguas, nuevas y actuales con el objetivo de construir una métrica y mirar diferentes contextos históricos permite la proyección de realidades. La noción de espacio geográfico se puede observar desde esta perspectiva en el sentido de la búsqueda de significados atribuidos por el hombre a la espacialidad, derivados de sus interacciones con el medio natural y antrópico.

Palabras-clave: Concepción Espacial; Contexto Espacial; Realidad Espacial.

Space polysemy: old, new and current geographical perceptions

ABSTRACT

Rescuing the old, new and current spatial conceptions with the goal to build a metric and look at different historical contexts enables the projection of realities. The notion of geographical space can be observed from this perspective of the search for meanings attributed by man to spatiality, arising from his interactions with the natural and anthropic environment.

Keywords: Spatial Conception; Spatial Context; Spatial Reality.

Introdução

Uma observação aguçada leva a constatação de que o termo espaço é utilizado de forma corrente tanto no dia-a-dia como nos mais diversos ramos científicos. Assim, a expressão espaço ou espaço geográfico apresenta uma conotação vaga, a qual, por sua vez, pode ser interpretada como estando associada a uma porção específica da superfície terrestre, podendo ser identificada por aspectos naturais, como também, pelas marcas ali existentes e

¹ Doutor em Educação; Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

advindas do dinamismo antrópico, ou ainda como simples referência a localização.

O espaço geográfico também pode ser associado, indiscriminadamente, às mais diversas escalas, variando do global ao local. Por conseguinte, podemos considerar tal espaço como o esteio de sistemas de relações.

Portanto, a ciência geográfica deve ser compreendida como a ciência do espaço do homem, resultante da tessitura carregada de densidade histórica a qual damos o nome de civilização. Seu campo de abrangência engloba, portanto, a superfície terrestre e a biosfera e, de acordo com uma acepção apenas aparentemente mais restritiva, considera o espaço habitável, o *ekumeno* dos povos antigos, ou seja, todo e qualquer espaço em que as condições naturais possibilitem a organização da vida em sociedade. Logo, estamos falando de todas as interações e relações possíveis entre sociedade e natureza.

Antigas Acepções Geográficas

Ao observarmos as primeiras organizações sociais numa perspectiva histórica, constatamos que as forças produtivas embrionárias e os instrumentos de trabalho rudimentares dos povos primitivos exprimem uma produtividade voltada às necessidades do grupo comunal.

Podemos observar que o trabalho e a propriedade possuem um caráter coletivo, sendo que as relações sociais são predominantemente igualitárias. No caso, a terra é caracterizada como o meio de produção mais importante, cabendo à sua espacialidade englobar o espaço da caça, da pesca, da coleta, do criatório e do cultivo.

Desta forma, em tal meio social o homem não domina o meio no qual está inserido, sendo que os conhecimentos da natureza, bem como da sociedade, são adquiridos por intermédio da vida cotidiana, advindos de empirismo e do senso comum.

A esse respeito, Szamosi (1994, p.64) afirma que “o significado emocional e o simbólico dos lugares e direção era determinado pela mitologia particular dominante. Eram dotados de maior peso emocional os mais importantes símbolos primitivos: os lugares e direções sagrados”.

Portanto, o conceito de espaço inerente aos povos primitivos não era abstraído da experiência de um meio abstrato, mas de um lugar de vivência concreta, sendo o mesmo representado pelas orientações subordinadas ao atendimento de suas principais necessidades.

Assim, em detrimento de um espaço abstrato, os povos primitivos vivenciavam a concretude espacial. Tal concreção espacial adquire significado a partir do saber da prática associado a experiência de vida, bem como da mitologia e das crenças que esses povos cultivavam.

Essa sociedade primitiva tinha uma compreensão intuitiva de seu mundo perceptual, e sabia recriá-lo numa representação simbólica plena. Logo, produziu à partir das rochas, toda uma indústria lítica, como também inscrições rupestres nas cavernas, representando formas e relações espaciais dos lugares que ocupava.

A esse respeito, Andrade (1987, p. 20) evidencia que:

Ao falarmos em povos primitivos, considerando-os como os que viveram na pré-história, vemos que eles, mesmo sem possuírem a escrita, transmitindo os conhecimentos através da versão oral e dos desenhos em rochas e cavernas, passados de geração a geração, tinham uma concepção da vida e uma cultura, ambas impregnadas de uma cultura geográfica.

Dessa forma, as representações associadas às inscrições rupestres são consideradas como as primeiras manifestações geográficas na história do ser humano.

Assim sendo, constatamos que na sociedade primitiva não havia distinção entre o objetivo e o subjetivo, entre o ser individual e a sociedade, não havendo diferenciação entre espaço perceptual simbólico e a imaginação.

Concebemos, portanto, o espaço como uma propriedade tribal, fechada, limitada e subjetiva.

Grandes mudanças nas relações sociais passam a ser observadas já na antiguidade clássica, as quais implicaram na substituição do trabalho coletivo pelo trabalho individual, transformando a propriedade coletiva em propriedade privada e, como consequência, o surgimento de uma sociedade de classes.

Assim, constatamos que tais sociedades se estruturam através de classes sociais antagônicas, encontrando-se, por um lado, os proprietários dos meios de produção e detentores da liberdade, bem como, das atividades

intelectuais; e de outro lado, os homens mantidos em submissão, relegados à exploração e a labuta manual desvalorizada.

A compreensão do espaço, nessa época, está associada a um pensamento predominantemente idealista, não necessitando comprovação subjetiva.

Considerando o espaço geográfico no feudalismo, avançando essa linha de raciocínio cronológica, constatamos uma organização social que se estrutura na propriedade da terra como fonte de riqueza e em classes opostas, a qual advém de uma base econômica autossuficiente de trocas que se organiza em relações de trabalho semi-livres, onde trabalhadores presos a terra e ao senhor feudal são submetidos a inúmeras obrigações que os pauperizam.

Quanto ao saber produzido nessa época, o mesmo encontrava-se atrelado à soberania absoluta da religião e à necessidade da sociedade feudal em manter uma concepção de mundo e de homem presa a uma ordem centrada na teologia.

Porém, é no processo de ruptura da propriedade feudal para a propriedade capitalista que vai ocorrer a desvinculação da ciência em relação ao cristianismo, mudando-se assim, o caráter contemplativo, formal e finalista, voltando-se para um caráter racional e objetivo.

Assim, mudanças operadas nas estruturas organizativas da sociedade feudal determinam a configuração de uma nova ordem, surgindo, portanto, a lógica capitalista. Essa nova sociedade caracterizou-se pela ocorrência de uma unidade entre o processo de circulação de bens, através de um movimento cíclico, no qual o capital assume formas variadas.

A organização social do contexto capitalista é evidenciada por Silva (1989, p. 6) quando apresenta a seguinte reflexão:

[...] a sociedade é classista, é caracterizada pelo princípio da propriedade privada dos meios de produção, pela 'vontade de capital e da terra' que separa os proprietários dos expropriados – que constitui a grande massa trabalhadora – que são os produtores da riqueza capitalista, mas que não se reconhecem no resultado do seu trabalho, porque o trabalho individual se dilui no processo produtivo e a produção passa a ser social, enquanto que a apropriação do produto, da mercadoria, é privada, vai para as mãos do agente indireto da produção, vai ser apropriada pelo capitalista.

Em outras palavras, essa sociedade apresenta sua estrutura a partir da propriedade privada dos meios de produção, bem como, no antagonismo de classes, cuja finalidade se volta à acumulação e a produção contínua do capital.

O desenvolvimento da sociedade capitalista apresenta-se com especificidades próprias nos mais diversos países, no entanto, o contexto peculiar da sociedade alemã no século XIX, mostra uma conotação com uma ciência que vem a ser denominada Geografia. Como pode ser constatado a partir da reflexão de Moraes (1987, p.42), que afirma:

A Geografia será filha de uma destas singularidades. Aquela da via particular do desenvolvimento do capitalismo na Alemanha, sem a qual não se pode compreender a sistematização da Geografia. Os autores considerados os pais da Geografia, aqueles que estabelecem uma linha de continuidade nesta disciplina, são alemães – Humboldt e Ritter. Na verdade, todo o eixo principal da elaboração geográfica, no século XIX, estará sediado nesse país. É da Alemanha que aparecem os primeiros institutos e as primeiras cátedras dedicadas a esta disciplina; é de lá que vêm as primeiras teorias e as primeiras propostas metodológicas; enfim, é lá que se formam as primeiras correntes deste pensamento.

Neste ponto, salientamos que considerar o espaço geográfico como os geógrafos entendem, implica em evidenciarmos a própria evolução do conhecimento produzido no campo da Geografia, ou seja, considerar as concepções vinculadas as diversas correntes do pensamento geográfico.

Novas Acepções Geográficas

A Geografia, como toda ciência, possui conceitos-chave os quais sintetizam a sua objetivação, ou seja, o ângulo específico pelo qual a sociedade é analisada. O qual, por sua vez, confere a sua identidade e a sua autonomia relativa no âmbito das Ciências Sociais.

A esse respeito, Corrêa (2005, p.16) afirma:

Como ciência social a Geografia tem como objetivo de estudo a sociedade que, no entanto, é objetivada via cinco conceitos-chave que guardam entre si forte grau de parentesco, pois todos se referem à ação humana modelando a superfície terrestre: paisagem, região, espaço, lugar e território.

No entanto, cada um dos conceitos-chave apontados tem sido objeto de amplo debate, tanto no âmbito interno como externo desta ciência, envolvendo os mais diversos profissionais. Assim, no cerne do debate atribui-se à cada conceito acepções distintas, às quais, logicamente, correspondem específicas correntes de pensamento.

São quatro as principais correntes do pensamento geográfico: a primeira surge na segunda metade do século XIX, a Geografia Tradicional; a segunda aparece a partir dos anos 50 do século XX, a Geografia Teorética-Quantitativa; a terceira e a quarta surgem a partir dos anos 70 do século XX e denominam-se respectivamente, Geografia Crítica e Geografia Cultural.

O espaço concebido na Geografia Tradicional apresenta seus fundamentos em postulados positivistas, na ideia de ciência de síntese e no empirismo. Constitui-se por três concepções, as quais partem da compreensão de que a Geografia trabalha unilateralmente com fenômenos naturais e humanos.

Na primeira concepção, denominada Determinismo Ambiental, o espaço é compreendido como o lugar da morada do homem, satisfazendo assim suas necessidades por intermédio de um processo de equilíbrio entre a população e os recursos disponíveis na realidade.

Considera ainda a ideia de que o pensamento humano encontra-se atrelado às leis do ambiente natural, atribuindo aos aspectos físicos dos lugares a determinação da ação do homem.

A segunda concepção da Geografia Tradicional, o Possibilismo Geográfico, contrapõe a primeira no sentido de que considera o espaço como meio habitado pelo homem que, no entanto, apesar de sofrer influências determinadas por tal meio, tem a possibilidade de modificá-lo de acordo com o nível de desenvolvimento cultural e social em que se encontra inserido.

Neste ponto, enfocamos que a despeito da diferenciação em relação a concepção anterior, observa-se a não existência de ruptura com o aspecto naturalista da relação entre o homem e o meio que habita, uma vez que permanece a ênfase dos aspectos naturais como elementos importantes da relação humana.

A terceira concepção da Geografia Tradicional, o Método Regional, se volta a parcelas da superfície terrestre, ou seja, o estudo de áreas, as quais exprimem o caráter variável do planeta a partir da integração de fenômenos heterogêneos em uma dada parte da superfície terrestre.

Essa linha de pensamento aponta a uma posição em que o espaço apresenta um caráter variável que objetiva produzir um conhecimento sintético dos fenômenos naturais das diferentes áreas do espaço terrestre.

Dessa forma, a primeira corrente do pensamento geográfico, apesar das circunstâncias históricas, contribuiu para a identidade da Geografia. De acordo com Corrêa (2005, p. 17):

A Geografia Tradicional em suas diversas versões privilegiou os conceitos de paisagem e região, em torno deles estabelecendo-se a discussão sobre o objeto da Geografia e a sua identidade no âmbito das demais ciências. Assim, os debates incluíam os conceitos de paisagem, região natural e região-paisagem, assim como os de paisagem cultural, gênero de vida e diferenciação de áreas.

Em tal corrente o conceito de espaço não assume a centralidade em suas respectivas concepções, encontrando-se assim, debatido de forma implícita na produção teórica de seus principais expoentes, dentre os quais se destacam respectivamente: Frederich Ratzel, Paul Vidal de La Blache e Richard Hartshorne.

Nos anos 50 do século XX, surge a segunda corrente do pensamento geográfico, a Geografia Teorética-Quantitativa, caracterizando-se por uma postura antagônica ao pensamento tradicional atrelada às bases do capitalismo concorrencial e ao empirismo.

Essa corrente, atrelada ao positivismo lógico, volta-se a uma visão de unidade epistemológica da Geografia baseada nas ciências da natureza e apresenta o raciocínio hipotético-dedutivo consagrado como o mais pertinente.

Considerando essa segunda corrente do pensamento geográfico, Corrêa (2005, p.20) afirma:

A despeito das críticas que se pode, efetivamente fazer à Geografia Teorética-Quantitativa é necessário ressaltar que a Geografia passa a ser considerada como ciência social, conforme argumentou Schaefer (1953) em seu clássico e polêmico artigo. Outros como Bunge (1966) vão mais além, afirmando que a Geografia deveria ser vista como uma ciência espacial.

Tanto em Schaefer como em Bunge, assim como em Ullman (1954) e Watson (1955) o espaço aparece, pela primeira vez na história do pensamento geográfico, como o conceito-chave da disciplina.

Assim, na Geografia Teórica-Quantitativa, o espaço é visto como um arranjo espacial, ou seja, como fruto de um processo de mudanças locais frente às formas produzidas pelo homem sobre a superfície do planeta, sendo que, tal arranjo espacial encontra-se sujeito às mudanças advindas de um agregado de decisões locais.

Portanto, o pensamento geográfico pragmático utiliza-se de tecnologia e linguagem apropriadas e assentidas na utilização de técnicas estatísticas e índices matemáticos. De acordo com Corrêa (2005, p. 22):

Em Nystuen aparece claramente a aceitação e desenvolvimento da proposta de Bunge de considerar a Geografia como uma ciência espacial, que estudaria fenômenos sociais e na natureza sob um ângulo comum, o espacial, que forneceria assim unidade à Geografia [...] O espaço geográfico pode assim ser representado por uma matriz e sua expressão topológica, o grafo.

Trata-se de uma representação espacial caracterizada por uma análise locacional baseada em movimento, rede, nós, hierarquias e superfícies, culminando com os estudos sobre redes em Geografia.

Neste ponto, evidenciamos que a concepção do espaço lógico-positivista abarca uma visão limitada do espaço ao privilegiar excessivamente a distância, vista como variável independente; enquanto que as contradições, os agentes sociais, bem como o tempo, são relegados a um plano secundário.

Assim, a despeito de tal concepção espacial, Corrêa (2005, p. 23) afirma:

As representações material e topológica devem, no nosso entender, se constituir em meios operacionais que nos permitam extrair um conhecimento sobre localizações e fluxos, hierarquias e especializações funcionais, sendo nesse sentido, uma importante contribuição que, liberada de alguns de seus pressupostos como a planície isotrópica, a racionalidade econômica, a competição perfeita e a a-historicidade dos fenômenos sociais, pode ajudar na compreensão da organização espacial.

Portanto, apesar das críticas a tal método, ao desconsiderar-se a pretensão normativa inerente ao mesmo, essa concepção espacial pode nos *Revista de Geopolítica*, v. 12, nº 1, p. 74-88, jan./mar. 2021.

fornecer pistas e indicações relevantes para a compreensão da sociedade em suas mais diversas dimensões.

Na segunda metade do século XX, num quadro social e ambiental degradantes, decorrente da produção capitalista, surge a terceira corrente do pensamento geográfico, a Geografia Crítica. A qual se fundamenta nos pressupostos do materialismo histórico-dialético. A esse respeito, Corrêa (2005, p. 23) afirma:

A década de 1970 viu o surgimento da Geografia Crítica fundada no materialismo histórico e na dialética. Trata-se de uma revolução que procura romper, de um lado, com a Geografia Tradicional e, do outro, com a Geografia Teorética-Quantitativa. Intensos debates entre geógrafos marxistas e não-marxistas ocorrem a partir dessa década.

Assim, em função de tais debates, o espaço reaparece como conceito-chave, sendo compreendido como uma produção histórico-social resultante da relação entre a sociedade e a natureza e tendo como intermediação o dinamismo do trabalho.

Dessa forma, os postulados da Geografia Crítica objetivam a apreensão espacial a partir da relação dialética entre o homem e o seu meio natural, vinculada às condições políticas e socioeconômicas dos mesmos.

Referindo-se a essa concepção geográfica, Vesentini (1992, p.32) afirma:

[...] trata-se de uma Geografia que concebe o espaço geográfico como espaço social, construído, pleno de lutas e conflitos sociais [...] essa Geografia Radical ou Crítica coloca-se como ciência social, mas estuda também a natureza como recurso apropriado pelos homens e como uma dimensão da história, da política.

Neste ponto, salienta-se a existência de um grande debate a respeito do negligenciamento ou não do espaço por parte da teoria marxista. No entanto, é fato que o papel do espaço e da espacialidade como fundamentais para a constituição e o devir da sociedade é reiterado Soja (1993), quando aborda as temáticas Geografias Pós-Modernas e a Concepção Pós-Moderna.

Também, quanto ao fundamental papel do espaço ou da espacialidade, Corrêa (2005, p.27), baseado na obra de Henri Lefebvre, afirma que:

O espaço entendido como espaço social, vivido, em estreita correlação com a prática social não devia ser visto como absoluto, [...] nem como um

produto da sociedade, [...] O espaço não é nem o ponto de partida (espaço absoluto), nem o ponto de chegada (espaço como produto social).

Continua o citado autor, ainda baseado em Henri Lefebvre:

O espaço também não é um instrumento político, um campo de ação de um indivíduo ou grupo, ligado ao processo de reprodução de força de trabalho através do consumo [...] o espaço é mais que isto. Engloba esta concepção e a ultrapassa. O espaço é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção.

Assim, podemos constatar o espaço como o *locus* onde se dá a reprodução das relações sociais de produção e, em outras palavras, a reprodução da sociedade.

A quarta corrente do pensamento geográfico, a Geografia Humanista e Cultural, surge também nos anos 70 do século XX, uma vez que a postura teórica anterior não constituiu um consenso.

Essa corrente, de forma semelhante à Geografia Crítica, engloba as filosofias do significado, ou seja, encontra respaldo científico especialmente na fenomenologia e no existencialismo. Portanto, criticam a Geografia de cunho lógico-positivista.

Contrariamente aos pensamentos geográficos crítico e teórico-quantitativos, tal corrente, de acordo com Corrêa (2005, p.30), apresenta as seguintes características:

[...] a Geografia Humanista está assentada na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo e na contingência, privilegiando o singular e não o particular ou universal, e ao invés da explicação, tem na compreensão a base da inteligibilidade do mundo real.

O pensamento humanista e cultural volta-se assim à explicação da produção e/ou reprodução espacial como resultante de transformações econômicas, condições psicológicas e físicas dos indivíduos e das sociedades, como também, da herança cultural coletiva.

Dessa forma, o espaço é compreendido como uma construção simbólica, a qual se encontra associada às ideias, aos valores, aos sentidos, aos comportamentos e às experiências vividas por um grupo social em um determinado lugar.

Assim, no âmbito da Geografia Humanista e Cultural, aponta-se para vários tipos de espaços, o pessoal, o grupal e o mítico. Quanto a este último, Tuan (1983, p.112) afirma que “o espaço mítico é também uma resposta do sentimento e da imaginação às necessidades humanas fundamentais. Difere dos espaços concebidos pragmática e cientificamente no sentido que ignora a lógica da execução e da contradição”.

Logo, nessa corrente de pensamento, a paisagem torna-se um conceito revalorizado e, da mesma forma, a região e o território, sendo que o lugar passa a ser o conceito-chave, cabendo ao espaço o significado de espaço vivenciado pelo homem.

Sob essa ótica, observamos que essa concepção espacial se apoia na matriz historicista do possibilismo geográfico, com a finalidade de expressar a análise do espaço por intermédio do reencontro da ciência com a arte.

Atuais Acepções Geográficas

Portanto, considerando as quatro correntes do pensamento geográfico, apreendemos que o espaço do ser humano mostra-se absoluto, relativo e concebido como planície isotrópica, de acordo com a Geografia Tradicional; ainda pode representar-se através de matrizes e grafos, como evidencia a corrente de pensamento Teorética-Quantitativa; também pode ser descrito através de metáforas, reflexo e condição social, de acordo com a Geografia Crítica; ou ainda, pode ser experimentado de diversos modos, ricos em simbolismo e campos de lutas, como mostra a concepção Humanista e Cultural.

Dessa forma, o espaço geográfico é multidimensional, logo, aceitar tal condição implica em considerar práticas sociais distintas e, obrigatoriamente, nos remete a diferentes conceitos de espaço. Assim, apropriar-se de um determinado espaço através de sua identificação e compreensão é o primeiro passo para quem deseja torná-lo inteligível.

Ora, sendo a dimensão espacial um componente indissociável à dimensão humana, enfatizamos neste ponto a necessária elucidação das questões atinentes a espacialidade.

Tal afirmação tem sua pertinência justificada pelo simples fato de que o próprio conceito de sociedade implica, de qualquer modo, na sua

Revista de Geopolítica, v. 12, nº 1, p. 74-88, jan./mar. 2021.

especialização. Ainda, por saber-se que não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico.

A esse respeito, Michel Foucault (apud HAESBAERT, 2004, p.26) alerta para a importância da dimensão espacial da sociedade:

A grande obsessão do século XIX foi, como sabemos, a história [...] a época atual talvez seja sobretudo a época do espaço. Estamos na época da simultaneidade: estamos na época da justaposição, na época do perto e do distante, lado a lado, do disperso. Estamos num momento, creio eu, em que nossa experiência de mundo é menos a de uma longa via de desdobramento através do tempo, do que a de uma rede que conecta pontos e entrecruza sua própria trama. Poder-se-ia dizer, talvez, que certos conflitos ideológicos que animam a polêmica contemporânea opõem os fiéis descendentes do tempo aos determinados habitantes do espaço.

Ainda quanto ao raciocínio em tela, voltado à importância da dimensão espacial da sociedade enfatizado na proposição de Michel Foucault, acima citada, com referência a mudança de uma era centrada no tempo para uma era que privilegia o espaço, localizada na passagem do século XIX para o século XX, deve, segundo Soja (1993, p.12-19), ser transportada para o final do século XX:

À medida que nos acercamos do fim do século XX [...] as observações premonitórias de Foucault sobre a emergência de uma “era do espaço” assumem uma feição mais razoável [...] A Geografia pode ainda não ter desalojado a História no cerne da teoria e da crítica contemporâneas, mas há uma nova e animadora polêmica na agenda teórica e política, uma polêmica que anuncia maneiras significativamente diferentes de ver o tempo e o espaço juntos, a interação da História com a Geografia, as dimensões “verticais” e “horizontais” do ser-no-mundo, livres da imposição do privilégio categórico intrínseco.

Assim, constatada a relevância da dimensão espacial no dinamismo da sociedade, apontamos neste momento em direção a um sentido relacional das inúmeras dimensões do espaço geográfico, como também, consideramos a indissociável ligação entre esse espaço e o construto social do homem.

Trata-se de um conjunto de práticas por intermédio das quais são criadas, mantidas, desfeitas e refeitas todas as formas e interações possíveis da dimensão espacial. Sob essa ótica, Corrêa (2005, p. 35) considera que:

As práticas espaciais resultam, de um lado, da consciência que o homem tem da diferenciação espacial. Consciência que está ancorada em padrões culturais próprios a cada tipo de sociedade e nas possibilidades técnicas disponíveis em cada momento, que fornecem significados distintos à natureza e a organização espacial previamente já diferenciada. Resultam de outro lado, dos diversos projetos, também derivados de cada tipo de sociedade, que são engendrados, para viabilizar a existência e a reprodução de uma atividade ou de uma empresa, de uma cultura específica, étnica ou religiosa, por exemplo, ou a própria sociedade como um todo.

Assim, as práticas espaciais podem ser identificadas como ações que corroboram para a execução dos mais variados projetos, são, portanto, meios por intermédio dos quais objetiva-se a administração e o controle da organização espacial em sua existência e reprodução.

Estas geografias podem ser praticadas de acordo com variadas opções ideológicas, no entanto, devido a acelerada evolução tecnológica que propicia novos contextos, faz-se necessário uma abordagem inclusiva, interligada e nas mais diversas escalas espaciais.

Considerações Finais

Dessa forma, as várias concepções de espaço nos levam a pensar o “espaço” como uma daquelas coisas mais óbvias, mobilizada como termo em inúmeros contextos diferentes. Pois, ao compararmos o que significa espaço nas correntes do pensamento geográfico, constatamos, quanto aos seus conceitos, uma surpreendente diferença entre as mesmas.

Assim sendo, salientamos a necessidade de que tais significados potenciais devam ser mais evidenciados e, para tanto, se faz necessário, numa melhor visualização da problemática, o enfoque do fim da separação radical entre espaço e tempo.

Imaginar o mundo em termos de uma sequência histórica, com a finalidade de se visualizar diferenciações, sem dúvida, constitui um avanço em termos de significação do que possamos vivenciar. Porém, para além de uma compreensão temporal meramente linear, salientamos a importância de não só considerarmos o espaço de forma indissociável de sua dimensão temporal, como também, compreendê-lo como o receptáculo da multiplicidade histórica.

Portanto, reafirmamos o fato de que não estamos corroborando com a ideia de imaginar o mundo em termos de uma sequência histórica, ou seja,

considerar simplesmente a história de forma linear para organizar o espaço em uma sequência temporal.

A recusa em temporalizar o espaço é, antes de qualquer coisa, apontar na direção da multiplicidade, uma vez que passamos a considerar não só a nossa história ou visão de mundo, mas todas as histórias ou vivências que se fazem presente em um determinado espaço.

Por outro lado, tal procedimento implica em reconhecer que o futuro não está escrito previamente, melhor dizendo, que o futuro não é o produto de nossa escolha, mas que, no entanto, nós podemos construí-lo.

Essa concepção espacial se dá pelo fato de que temporalizar o espaço causa os seguintes efeitos:

Primeiro, que o futuro em princípio se torna previsível ou é conhecido e suas linhas gerais já se encontram esboçadas nos termos da grande narrativa. Tal contexto em confronto com a realidade causa ou aponta para ambiguidades.

Segundo, a organização modernista do mundo em torno de uma simples narrativa, ou seja, uma compreensão monista suprime a existência da diferença real.

Assim, há que se considerar a multiplicidade da história, pois para que haja histórias múltiplas, coexistentes, deve haver espaço. Logo, o espaço deixa de ser considerado simplesmente um corte horizontal através do tempo, como também uma dimensão cuja especificidade fica oclusa ao ser lida em termos de temporalidade.

Nesse ponto, é de fundamental importância a conceituação de mundo em termos de tempo-espaço, já que compreendemos que o tempo necessita do espaço para ele próprio continuar existindo. Caso contrário, seria corroborar com a visão newtoniana que se caracteriza pela fragmentação do espaço, ou seja, o espaço como espaço temporalizado.

Assim, quando utilizamos termos como “avançado”, “atrasado”, “em desenvolvimento”, “moderno”, como forma de atribuir diferenciação geográfica, estamos de fato, considerando diferenças espaciais como sendo temporais, já que tais diferenciações são reconhecidas em termos de sequência histórica.

Portanto, o problema dessa concepção é evidenciado ao se estabelecer tempo e espaço em oposição um ao outro, causando dicotomia entre ambos.

Dessa forma, Massey e Keynes (2004, p.12) afirmam que “[...]o espaço é a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade. Por extensão, o espaço como uma dimensão é necessário para a existência da diferença”.

Concordando com Massey e Keynes (op.cit.), o tempo pode sem dúvida “impedir que tudo seja dado imediatamente”, mas para existir tempo, pelo menos mais de uma coisa deve ser dada imediatamente. Para existir tempo, deve existir espaço.

Nesse ponto, salientamos o fato de que a concepção de espaço geográfico deve considerar todo o potencial relacional ou não entre objetos e sujeitos correspondentes a dimensão de qualquer lida empírica.

Estas geografias podem ser praticadas de acordo com variadas opções ideológicas, no entanto, devido a acelerada evolução tecnológica que propicia novos contextos, faz-se necessário uma abordagem inclusiva, interligada e nas mais diversas escalas espaciais.

Referências

- ANDRADE, M. C. Espaço e tempo: compreensão materialista e dialética. In: SANTOS, M. (Org.). **Geografia, ciência da sociedade**: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.
- CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave de Geografia. In: CASTRO, I. E. et al. **Geografia**: conceitos e temas. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- MASSEY, F.; KEYNES, M. Filosofia e Política da espacialidade: algumas considerações. **GEOgrafia**, Revista de Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói, v. 6, n. 12, p. 07-23, 2004.
- MORAES, A. C. R. **Geografia**: pequena história crítica. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.
- SILVA, L. R. **A não espacialidade geográfica e a questão da terra**. Natal: EDUFRN. 1989.
- SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Trad. Vera Ribeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- SZAMOZI, G. **Espaço e tempo**: as dimensões gêmeas. Tradução por Jorge E. Fortes e Carlos Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- VESENTINI, J. W. **Para uma Geografia crítica na escola**. São Paulo: Ática, 1992.

Recebido em 14.12.2020.
Publicado em 01.01.2021.